

Chissano Vence Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação
O antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano foi a personalidade escolhida para a atribuição do primeiro Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação, o qual visa distinguir os líderes africanos que se tenham destacado durante o exercício dos seus mandatos. **p.2**

Aliança para uma Revolução Verde em África
O objectivo é o de contribuir para a duplicação da produção agrícola africana, de modo a debelar as falhas crónicas de alimentos no continente africano. **p.3**

África do Sul, Índia e Brasil juntos em Pretória
O objectivo destes encontros é o de aumentar as relações económicas, comerciais e de investimentos entre os três países, os quais, em conjunto, possuem um mercado de mais de 1.3 biliões de pessoas. **p.4**

ANC Elege Novo Líder
Jacob Zuma ascendeu politicamente no seio do ANC devido à conjugação de dois factores: a sua persistência política e ao facto de ser zulu. **p.5**

Resultados da Cimeira União Europeia – África
Ao analisar-se a recente Cimeira UE – África, a principal conclusão a que se pode chegar, é que o simples facto de ela se ter realizado, foi uma grande vitória, a qual deve ser atribuída à diplomacia portuguesa. **p.7**

Eleições Legislativas em Angola em 2008
Estas serão as primeiras eleições no país desde 1992, altura em que, antes da segunda volta das presidenciais, entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, o mergulhou numa onda de violência que levou ao recomeço da guerra civil. **p.10**

Violência no Quénia
As eleições presidenciais de Dezembro de 2007 acabaram por lançar o país numa espiral de violência de consequências imprevisíveis, pondo em risco a estabilidade de um país essencial para a África Oriental. **p.10**

Comunidade Internacional Apoiava a Guiné-Bissau no Combate à Droga
Desde há dois anos, a Guiné-Bissau passou a ser, cada vez mais, referenciada como um local de passagem do tráfico de droga da América do Sul para a Europa. **p.12**

Chissano Vence Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação

■ Luís Castelo Branco

O antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano foi a personalidade escolhida para a atribuição do primeiro Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação, o qual visa distinguir os líderes africanos que se tenham destacado durante o exercício dos seus mandatos.

Chissano concorreu directamente contra outros líderes africanos: Benjamin Mkapa, Presidente da Tanzânia entre 1995 e 2005, Domitien Ndayizeye, Presidente do Burundi entre 2003 e 2005, e Sam Nujoma, antigo Presidente da Namíbia entre 1990 e 2005. Para além desta curta lista, outros dirigentes foram ponderados, como foi o caso de Henrique Rosa, Presidente da Guiné-Bissau entre 2003-2005. Apesar de ter sido um Presidente de transição e não ter ascendido ao cargo através de eleições¹, Henrique Rosa destacou-se pela postura de credibilidade que imprimiu às suas funções e que permitiu à Guiné-Bissau melhorar a sua imagem internacional.

Lançado pela Fundação Mo Ibrahim, criada pelo empresário sudanês Mo Ibrahim, o prémio atribuído a Chissano pretende não só premiar os líderes africanos que tenham dados provas de excelência na liderança política, como também promover o fortalecimento das sociedades civis através de um maior rigor na apreciação da forma como são governados.

A vitória de Chissano foi anunciada a 22 de Outubro em Londres pelo Presidente do Júri do prémio, o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan. Para além de Annan, fizeram parte do júri Aicha Djalló, antigo Ministro da Educação da Guiné, Mary Robinson, antiga Presidente da Irlanda e antiga Comissária da ONU para os Direitos Humanos e Salim Ahmed Salim, ex-Primeiro-Ministro da Tanzânia.

O Prémio atribuído é composto por 5 MUSD, a serem distribuídos ao longo de 10 anos, mais 200 mil dólares anuais para causas públicas da preferência do vencedor².

Kofi Annan justificou a entrega do Prémio a Chissano pelo o esforço deste no fim da Guerra Civil no país, no crescimento económico alcançado e na democratização do país. O processo de aprofundamento democrático em Moçambique, que levou a que Chissano abandonasse voluntariamente o poder após o seu segundo mandato presidencial, teve um peso decisivo na vitória.

Joaquim Chissano foi nomeado Presidente de Moçambique em 1986, após a morte do Presidente Samora Machel, num acidente de avião que ainda hoje levanta sérias dúvidas se não terá tido origem criminosa. Após o fim da guerra civil moçambicana, Chissano venceu as eleições presidenciais de 1994, tendo sido reeleito em 1999, num processo que levantou algumas dúvidas devido a irregularidades denunciadas pela

Kofi Annan justificou a entrega do Prémio a Chissano pelo o esforço deste no fim da Guerra Civil no país, no crescimento económico alcançado e na democratização do país.

oposição durante a contagem dos votos. Em Fevereiro de 2005, e de acordo com a sua promessa de 2004, abandonou o poder, abrindo caminho para a candidatura de Armando Guebuza como candidato da FRELIMO às eleições presidenciais.

Hoje em dia, Moçambique é um dos países preferidos e mais apoiados pela Comunidade Doadora Internacional, quer ao nível bilateral, quer ao nível multilateral. O número de doadores presentes em Moçambique, assim como o volume da ajuda que o país tem recebido, são exemplos claros da boa imagem que o país transmite.

A confiança internacional nas instituições moçambicanas faz com que Moçambique seja um dos países que usufrui de um esquema de apoio directo ao orçamento de estado, através de doações de vários países e organizações multilaterais. O apoio ao orçamento de Moçambique é o mais importante a nível de África e ascenderá, em 2008, a 435 MUSD. Os apoios financeiros são entregues ao governo de Maputo para que este possa implementar as suas prioridades no âmbito do Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), nomeadamente a redução da incidência da pobreza no país, a qual se situava em 54% em 2003 e que se pretende que passe para 45% em 2009³. ■

1 Na sequência do Golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003 na Guiné-Bissau que derrubou o Presidente Kumba Yala, Henrique Rosa foi nomeado Presidente da República em Setembro de 2003.

2 Joaquim Chissano Wins the Largest Prize in the World, in *AlAfrica.com*, 22/10/2007. <http://africa.com/stories/printable/200710220411.html>

3 Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009, Governo de Moçambique, 02/05/2006.



Aliança para uma Revolução Verde em África



Em Setembro de 2006, a Fundação Rockefeller e a Fundação Bill e Melinda Gates doaram 150 MUSD para a criação de uma Aliança para uma Revolução Verde em África. O objectivo é o de contribuir para a duplicação da produção agrícola africana, de modo a debelar as falhas crónicas de alimentos no continente africano⁴.

Para chefiar esta iniciativa foi convidado Kofi Annan, o qual demonstra, ao aceitar vários cargos relacionados com assuntos africanos, a sua vontade em utilizar o seu prestígio e influência a favor do seu continente.

Segundo Annan, o objectivo desta Aliança é o de seguir o exemplo de países como a Índia, que conseguiram aumentar consideravelmente a sua produção alimentar de maneira a enfrentarem o crescimento demográfico.

De acordo com dados da ONU, a insegurança alimentar em África piora devido à fraqueza das instituições locais, investimento insuficiente na agricultura, quer por parte dos governos africanos, quer por parte dos doadores, e por um meio ambiente cada vez mais afectado pelas alterações climáticas. Erros na gestão de conflitos à volta da posse da terra, como é o caso no Zimbábue, também ajudam a explicar a diminuição da produção alimentar. A crescente procura de biodiesel, como uma alternativa ao petróleo, também pode pôr em causa a produção alimentar.

De acordo com dados da ONU, a insegurança alimentar em África piora devido à fraqueza das instituições locais, investimento insuficiente na agricultura, quer por parte dos governos africanos, quer por parte dos doadores, e por um meio ambiente cada vez mais afectado pelas alterações climáticas.

Face a este cenário, um dos objectivos da Aliança é o de apoiar os pequenos agricultores com sementes melhoradas e pesticidas de modo a aumentarem a produção e permitir-lhes sair do ciclo de pobreza em que se encontram. Assim sendo, esta iniciativa vai ao encontro de um dos grandes objectivos de todos os países africanos, que é o de diminuir os índices de pobreza nos seus países, o qual está em consonância com os chamados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Em 2000, foi adoptada por todos os Estados Membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a Declaração do Milénio, na qual foi dada um enorme impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio. A Declaração do Milénio levou à aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, os quais deverão ser alcançados num prazo de 15 anos, e onde é dado especial destaque ao combate à pobreza⁵.

A intervenção da Aliança para uma Revolução Verde em África vai também ao encontro da política da União Africana em termos agrícolas, a qual pretende, de acordo com o *Comprehensive Africa Agriculture Programme*, aumentar a produção alimentar no Continente a uma média de 6% ao ano⁶.

A necessidade de aumentar a produção alimentar africana é uma urgência se tivermos em conta que o continente passará de 600 milhões de pessoas em 2000 para mil milhões em 2020⁷.

Apesar das boas intenções, a intervenção desta Aliança está a ser alvo de críticas por parte dos defensores do meio ambiente. A principal crítica centra-se na intenção de se distribuir sementes modificadas geneticamente, adubos e pesticidas, os quais poderão alterar o meio ambiente e cujos efeitos são desconhecidos. Os defensores da Aliança defendem-se apontando casos de sucesso como o da Índia, não referindo, porém, as consequências que esta política teve naquele país asiático. Apesar de ter conseguido aumentar a produção, a Revolução Verde na Índia esgotou a terra mais fértil e pôs em causa a biodiversidade com o desaparecimento de inúmeras variedades de sementes. ■

4 Alliance for a Green Revolution in Africa.

<http://www.agra-alliance.org/about/faq.html>

5 Os ODM são os seguintes: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar a educação primária universal; 3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

6 *Comprehensive Africa Agriculture Programme*.

<http://www.fao.org/docrep/005/y6831e/y6831e.htm>

7 O crescimento demográfico da África apresenta tanto riscos como oportunidades. Um numerosa população de jovens, actualmente 44% da população africana tem menos de 14 anos de idade, pode ter como resultado uma maior capacidade de crescimento e de redução da pobreza, se gerar de boa saúde e estiver devidamente preparado. Para tal, garantir a alimentação é uma necessidade primária. <http://web.worldbank.org/NEWS/EXTERNAL/EXTRUSSIANHOME/NEWSRUSSIAN/0,,contentID:20897845-pagePK:64257043-giPK:437376-theSitePK:1081472,00.html>

África do Sul, Índia e Brasil juntos em Pretória

A África do Sul, Brasil e Índia reuniram-se, em Outubro 2007, em Pretória no quadro da Cimeira da Comissão Trilateral IBSA (*Índia, Brasil and South Africa*).

O objectivo destes encontros é o de aumentar as relações económicas, comerciais e de investimentos entre os três países, os quais, em conjunto, possuem um mercado de mais de 1.3 biliões de pessoas⁶.

No último encontro foram assinados acordos em diversas áreas, como a educação, energia, e novas tecnologias. A energia representa uma área com um enorme potencial para cooperação entre estes países, uma vez que tanto o Brasil e a Índia têm grande experiência no campo das energias renováveis, situação que interessa à África do Sul que enfrenta um crescente défice energético⁹. Estes avanços foram possíveis graças aos grupos de trabalho que foram criados na sequência da institucionalização da IBSA em Setembro de 2006.

Estes três países, que são líderes nas regiões onde se inserem, pretendem reforçar a sua posição não só no Sul como também a nível internacional, com a adopção de posições comuns em questões internacionais importantes, como é o caso do comércio internacional e o acesso a mercados sob a égide da Organização Mundial do Comércio, a utilização da energia nuclear para fins pacíficos e a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mas, para além disso, pretendem reforçar o seu estatuto internacional através da obtenção de um lugar permanente, para cada um deles, no Conselho de Segurança da ONU. Tais lugares seriam obtidos através da reforma da ONU, a qual pretende garantir uma melhor representatividade do Conselho de Segurança, através da criação de novos lugares para os líderes do Sul.

A IBSA nasceu em 1999, de uma ideia do Presidente Sul-africano, Thabo Mbeki, com o objectivo de criar um espécie de G-8 (grupo dos países mais industrializados) mas no hemisfério sul, que pudesse juntar os protagonistas desta parte do mundo em defesa dos seus princípios e interesses. Com este objectivo em mente, Mbeki convidou os Chefes de Estado do Brasil, Índia, China, México, Nigéria, Egipto e Arábia Saudita, com vista a criarem o referido grupo.

Após várias diligências, foi decidido, em 2003, avançar com a criação de um Fórum entre o Brasil, a África do Sul e Índia, esperando que os outros se lhes juntassem.

Particularmente activo na promoção da IBSA tem estado o Presidente brasileiro, Lula da Silva. Este interesse brasileiro junta-se à crescente importância que África vem assumindo na política externa brasileira, com Lula da Silva a visitar vários países africanos. Na sua mais recente deslocação ao continente africano, onde visitou países como o Burkina Fasso e a República Democrática do Congo, Lula da Silva promoveu a utilização dos biocombustíveis oferecendo os conhecimentos brasileiros nesta área.

O Brasil foi dos países que aproveitou a crise petrolífera dos anos 70 para promover uma política energética alternativa, apostando nos bio-

combustíveis. Hoje em dia, o Brasil é o maior exportador de etanol e o segundo maior produtor mundial daquele combustível. Nesse sentido, o Brasil tem encorajado e apoiado diversos países africanos a optarem por este tipo de energia. Este apoio brasileiro poder-se-á traduzir em votos a favor das pretensões de Brasília de ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU.

Na Cimeira de Pretória, os três países comprometeram-se a elevar em 50% os seus fluxos comerciais, os quais atingem actualmente 10 mil milhões de USD, até 2010¹⁰. ■



Estes três países, que são líderes nas regiões onde se inserem, pretendem reforçar a sua posição não só no Sul como também a nível internacional, com a adopção de posições comuns em questões internacionais importantes

6 IBSA Meeting Likely to Bolster Trade Ties, in Mail & Guardian Online, 15/10/2007. <http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=321996&ana=+breaking>

9 Ver Observatório de África nº9.

10 Brasil, Índia e África do Sul tentam Aumentar o Comércio em 50%, in Folha Online, 22/10/2007. <http://www.folha.uol.com.br/folha/diario/ult9191312576.html>

ANC Elege Novo Líder

O ano de 2007 terminou com uma Conferência Nacional decisiva para o principal partido sul-africano, o *African National Congress* (ANC), e para o futuro do próprio país. Após dois mandatos como Presidente da África do Sul e do ANC, Thabo Mbeki começou a ponderar o nome do seu sucessor. À partida, esta era uma questão em aberto, até porque, embora não pudesse candidatar-se a um terceiro mandato presidencial em 2009, nada impedia que Mbeki se recandidatasse à liderança do ANC. A manutenção do cargo de Presidente do partido permitia-lhe condicionar a escolha do candidato do ANC às eleições presidenciais de 2009. Talvez mais do que indicar o nome do seu sucessor, Mbeki pretendia evitar a eleição do seu antigo Vice-Presidente e actual principal inimigo político, Jacob Zuma.

Esta eleição foi igualmente importante devido às cada vez maiores clivagens entre os aliados do ANC, o *South African Communist Party* (SACP) e o *Congress of South African Trade Unions* (COSATU) e as diferentes sensibilidades dentro do ANC, a Liga Feminina e a Liga Juvenil. As diferenças em termos de opções económicas entre a liderança do ANC e os seus aliados, fez com que poucos fossem os eventuais candidatos à liderança do partido com capacidade para garantir a manutenção da união entre as diferentes sensibilidades. Uma cisão no ANC abriria as portas à alternância política, difícil de alcançar no actual quadro político de domínio absoluto do ANC.

Nos meses que antecederam a 52ª Conferência Nacional do ANC, que se realizou em Dezembro de 2007 em Polokwane (antiga Pietersburg) na província do Limpopo, várias personalidades do ANC foram apontadas como eventuais candidatos à Presidência do Partido:

Nkosazana Dlamini Zuma: A actual Ministra dos Negócios Estrangeiros foi casada com Jacob Zuma. Forte apoiante de Thabo Mbeki, poderia ser a candidata presidencial do ANC se Mbeki ganhasse a liderança do partido. A grande falha de Dlamini Zuma é a sua pouca preparação em termos económicos, o que iria enfraquecer a sua capacidade de lidar com os sindicatos.

Tokyo Sexwale: Muito ligado ao mundo empresarial nacional e internacional, onde conta com fortes apoios. Porém, carece de apoios nas bases do ANC, as quais têm um peso decisivo na eleição do líder do partido. A sua ligação ao sector privado, nomeadamente branco, não favoreceu a sua candidatura aos olhos dos sindicatos, os quais o apelidaram de "a white man painted in a black skin"¹¹.

Monsioux "Terror" Lekota: O seu papel durante a luta contra o *apartheid* granjeou-lhe uma enorme popularidade, sendo talvez o único candidato com alguma capacidade de união entre as diversas facções do ANC. Porém, escândalos financeiros que o envolveram, acabaram por manchar a sua imagem.

Kgalema Motlanthe: Enquanto Secretário-geral do ANC, tinha à partida o apoio de uma parte significativa dos filiados do partido. As suas posições em termos económicos estavam em consonância com o sector mais radical do ANC, o qual criticava as opções de Mbeki de apoio ao grande capital privado em desfavor das necessidades sociais da população negra. No entanto, no âmbito de política de *black economic empowerment*, Motlanthe foi acusado de receber fundos de empresários negros.

Cyril Ramaphosa: Antigo líder sindical, foi sempre considerado a reserva moral do partido. Foi o principal negociador do ANC durante a fase de transição para o multipartidarismo. Após a vitória do ANC nas eleições multirraciais de 1994, era apontado como o Vice-Presidente de Mandela. Porém, intrigas palacianas afastaram-no do cargo. Após ter abandonado a vida política em 1996, Ramaphosa dedicou-se à vida empresarial, embora a sua popularidade dentro do ANC se mantenha em alta.

Para além destes nomes, os principais candidatos à vitória eram Jacob Zuma e Thabo Mbeki, os quais acabaram por ser os únicos a disputarem a liderança.

Jacob Zuma ascendeu politicamente no seio do ANC devido à conjugação de dois factores: a sua persistência política e ao facto de ser zulu. O ANC é um partido conotado principalmente com a etnia xhosa, e, nessa medida, tinha bastante dificuldade em se implantar na província do Kwazulu-Natal, zona de hegemonia do *Inkhata Freedom Party*, partido que representa a etnia zulu. Com Zuma, que é natural do Kwazulu-Natal, à frente do ANC nesta província, o partido melhorou a sua situação eleitoral.

A carreira política de Zuma, desde que regressou ao país do exílio, foi centrada na sua província de origem até que foi nomeado, em 1999, por Mbeki, para a Vice-Presidência do governo. Em condições normais, deveria ser ele o sucessor de Mbeki à frente dos destinos do ANC e do país.

Porém, em Junho de 2005, Zuma foi demitido do cargo de Vice-Presidente por Mbeki na sequência de um escândalo financeiro que o acusou de corrupção, tendo sido substituído pela Ministra dos Minerais e Energia, Phumzile Mlambo Ngruka. O caso que levou à demissão de Zuma deveu-se a um processo envolvendo o concurso para o reequipamento das forças armadas sul-africanas. Decisivo para o afastamento de Zuma, foi a condenação a 15 anos de prisão do seu antigo aliado político e conselheiro económico, Schabir Shaik, cujas ilegalidades comprometeram Zuma. O poder quase absoluto que o ANC tem gozado desde as primeiras eleições multipartidárias, tem dado azo a que se multipliquem os casos de corrupção como este, por parte de muitos membros deste movimento.

Apesar de ter sido absolvido em primeira instância, o Procurador-Geral da África do Sul, Mokotepi Mpshe, afirmou ter elementos suficientes para levar Zuma a Tribunal, o que acontecerá a 14 de Agosto de 2008.

11 Um homem branco pintado de preto.

Who Is Jacob Zuma Up Against? In Mail & Guardian Online, 03/06/2007.

http://www.mg.co.za/printPage.aspx?area=/insight/insight_national/&articleid=3186

Em Dezembro de 2005, a situação de Zuma complicou-se, ao ser acusado de violação da filha de um companheiro do ANC. Esta última acusação acabou por ser arquivada num processo algo turbulento, o qual finalizou com Zuma a conseguir provar que as relações sexuais tinham sido consentidas. No entanto, a questão foi ainda mais atribulada, quando se soube que a jovem estava infectada pelo vírus do HIV/SIDA e que Zuma sabia. Perante as acusações de irresponsabilidade, Zuma defendeu-se afirmando que havia tomado um duche após as relações sexuais para diminuir o risco de contágio.

Apesar da demissão da Vice-Presidência e das acusações, Zuma manteve-se como Vice-Presidente do ANC gozando de uma ampla base de apoio. O seu carácter populista e extrovertido é bem aceite pela maioria dos membros do ANC.

Thabo Mbeki é exactamente o posto de Zuma. Discreto e distante, é acusado pelos seus correligionários do ANC de grande distanciamento em relação aos principais problemas da maioria dos membros do ANC. Mbeki não gosta de multidões, onde tem pouca à vontade. Mesmo quando se esforça, como foi o caso recente dos festejos da vitória sul-africana no Campeonato do Mundo de Rugby em 2007, Mbeki não imita Mandela, quando este último festejou com a selecção nacional a vitória em 1995, mas não conseguiu disfarçar o seu pouco à vontade.

Apesar do crescimento económico que o país tem registado na última década¹², e cujo grande mentor é o Ministro das Finanças de Mbeki, Trevor Manuel, a maioria dos apoiantes do ANC acusam Mbeki de só se preocupar com o grande capital, menosprezando a maioria da população negra que continua a ver o seu nível de vida a não melhorar. As concessões à minoria branca, e os poucos resultados obtidos na reforma de sectores importantes da vida do país, como a polémica questão da posse da terra, são outras das críticas feitas a Mbeki.

Apesar de ter sido uma solução de consenso para o cargo de Vice-Presidente de Mandela, após a morte de Chris Hani em 1993 e ao afastamento inesperado de Ramaphosa, Mbeki acabou por não agradar a ninguém. A sua visão polémica sobre o vírus do HIV/SIDA, ao afirmar que as teorias científicas sobre a doença não têm razão de ser, não favoreceram a sua imagem interna e externamente.

Na Conferência Nacional do ANC de Polokwane, Zuma partiu com vantagem, ao garantir o apoio das estruturas do ANC em 5 das 9 províncias da Liga Feminina, onde contou com o apoio da polémica Winnie Mandela, e da Liga Juvenil.

Os trabalhos da Conferência decorreram num ambiente bastante tenso entre as duas candidaturas. No final, a votação deu a vitória a Jacob Zuma. Apesar dos discursos apaziguadores, foi bem visível que esta Conferência deixou feridas abertas que dificilmente poderão ser saradas, havendo quem preveja já uma cisão do ANC. A memória do *apartheid* já não é suficiente para manter unidas as diferentes facções do ANC com interesses cada vez mais opostos.

A vitória de Zuma levantou alguns receios, nacionais e internacionais, em relação ao modo como governará se for eleito Presidente do país. Face a estes receios, Zuma tentou acalmar o mundo empresarial, afirmando que, caso seja eleito Presidente do país, nada mudará na política económica do governo. O que parece difícil de compreender é como é que esta declaração é compatível com as promessas feitas aos seus apoiantes de maior atenção às necessidades sociais. O apoio que Zuma recebeu dos sectores mais radicais do ANC terá que ser pago.

Uma outra fonte de preocupação é o facto de, pelo menos, durante mais dois anos, o país manterá uma espécie de liderança bicéfala, com Mbeki à frente do governo e Zuma à frente do ANC. Face aos desentendimentos que existem entre os dois, teme-se que isto seja um facto de instabilidade para a África do Sul. As primeiras intervenções de Zuma como Presidente do ANC, deixaram antever a sua vontade de condicionar a acção de Mbeki.

A situação poderá ficar ainda mais complicada caso Zuma seja julgado e condenado. Se isso acontecer, será obrigado a abandonar a liderança do ANC e será substituído pelo o actual Vice-Presidente do ANC, Kgalema Motlanthe.

O que já é uma evidência é a nova fase que o ANC está a viver, a qual poderá ser o início da era pós-Mandela. O afastamento de Mandela dos assuntos do ANC é cada vez mais visível. O seu débil estado de saúde manteve-o afastado desta eleição.

Apesar de ser considerado um país de sucesso em África, a África do Sul ainda enfrenta alguns problemas que necessitam de urgente resolução. Para além do problema do HIV/SIDA e a onda de criminalidade, a questão da reconciliação nacional continua a necessitar de atenção. A questão da criminalidade é especialmente preocupante devido ao facto do país vir a organizar o Campeonato do Mundo de Futebol em 2010. Apesar do crescimento económico do país, a pobreza absoluta tem aumentado, passando de 1.9 milhões em 1996 para 4.2 milhões em 2005, numa população total de 48 milhões de habitantes¹³.

Se a África do Sul entrar numa fase de instabilidade, é toda a região da África Austral que poderá sofrer. Internamente quem está mais apreensivo é a população branca, que vê nas declarações de Zuma um potencial novo Robert Mugabe. ■

12 A Taxa de Crescimento tem andado à volta dos 5%.
Statistics South Africa 2006

13 Hussein Solomon: *Polokwane Sowed the Seeds of Destruction*, in Pretoria News, 04/01/2008.

Resultados da Cimeira União Europeia – África

Ao analisar-se a recente Cimeira UE – África, a principal conclusão a que se pode chegar, é que o simples facto de ela se ter realizado, foi uma grande vitória, a qual deve ser atribuída à diplomacia portuguesa. A aposta de Portugal em relação a África durante a sua presidência da UE, em que o objectivo passou pelo relançamento do diálogo entre as duas partes, foi uma aposta ganha.

O objectivo de juntar 27 países europeus e 53 africanos era, à partida, uma tarefa complicada. Tendo em conta os problemas que existem entre vários países europeus e africanos, em que o mais noticiado é a crise entre o Reino Unido e o Zimbabwe, e as resistências que existiram para travar a realização da Cimeira, não se pode retirar importância ao facto do evento ter tido lugar. Por outro lado, é necessário ter presente que, nem a UE nem África são blocos homogêneos. Sobretudo no caso africano, existem diversas clivagens e conflitos entre vários países.

Portugal conseguiu esbater o efeito Mugabe, tanto mais importante se tivermos em conta que a crise entre o Zimbabwe e o Reino Unido chegou a pôr em causa a realização do evento. A decisão de convidar Robert Mugabe foi acertada. Se o argumento para não convidar Mugabe fosse a sua política de violação dos direitos humanos no seu país, então seria difícil de compreender o convite e a presença de outros líderes africanos com igual ou pior currículo nesta matéria.

A diplomacia portuguesa defendeu, desde o início, o valor da realização da Cimeira, independentemente das presenças, afirmando que o que estava em causa eram os interesses dos dois continentes e dos seus povos, e não os níveis de representação. O Reino Unido, mantendo a sua posição de oposição a Mugabe, não esteve presente. O Presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kabila, não esteve presente devido ao agravamento da situação militar no seu país.

O objectivo desta Cimeira foi o de criar um relacionamento de igual para igual entre os dois continentes. A ideia foi a de deixar de lado a imagem de doador – beneficiário, para se passar para uma verdadeira

parceria. A ideia de elevar o relacionamento com África para um patamar superior deveu-se, em grande medida, à crescente presença de outros actores, nomeadamente a China. Enquanto a UE esteve sete anos para conseguir organizar a II Cimeira com África, a China organizou facilmente duas Cimeiras com os países africanos, ao mesmo tempo que lhes assegurou o acesso a mercados e lhes ofereceu linhas de crédito e financiamento para os africanos modernizarem as suas economias.

Durante a Cimeira foi adoptada Estratégia Conjunta UE – África, a qual se baseia numa visão política partilhada e valores e princípios comuns, e que reflecte a nova natureza que se pretende imprimir ao relacionamento entre os dois continentes¹⁴:

- Uma parceria política entre iguais;
- Que aborda assuntos bilaterais a par dos desafios globais comuns;
- Que promove uma abordagem integrada de África, tratando-a como um todo;
- E que será uma parceria abrangente e centrada nos indivíduos.

A Estratégia Conjunta prevê, assim diferentes níveis de cooperação (doméstica, bilateral e global), numa abordagem que simultaneamente promove os canais multilaterais e procura lidar com as múltiplas dimensões deste relacionamente de uma forma integrada.

Esta Parceria Estratégica engloba quatro grandes áreas de prioridades políticas, nomeadamente:

1. Paz e Segurança

A Arquitectura de Paz e Segurança em África (APSA) tem evoluído bastante nos últimos anos, tendo a UE assumido sempre uma posição de parceiro político que promove a liderança africana na resolução das crises e conflitos no continente. No entanto, ainda há espaço para aprofundar a cooperação entre os dois continentes, no sentido de promover a paz e segurança e de abordar conjuntamente os desafios globais na cena internacional, nomeadamente através de:

- Aumento do apoio às agendas e capacidades africanas, em especial os esforços da União Africana (UA) na operacionalização da APSA;
- Procurar garantir o financiamento flexível, sustentável e previsível das operações de paz africanas;
- Reforçar o diálogo e cooperação institucionais, através de contactos sistemáticos e da implementação de posições comuns sobre assuntos globais;
- Suportar e promover o papel da sociedade civil e actores não-estatais na agenda de segurança.





2. Governação e Direitos Humanos

Colocar a promoção da democracia e direitos humanos no centro da Parceria UE-África significa que ambos os lados trabalharão conjuntamente para a promoção da eficácia do sistema de gestão multilateral e para o respeito pelos valores da democracia, governação, estado de direito e direitos humanos.

A Parceria Estratégica UE-África irá facilitar um diálogo aberto, intenso e abrangente sobre todos os aspectos da governação, bem como permitir um uso mais eficaz e sistemático dos instrumentos, mecanismos e modalidades de financiamento existentes para actuação neste campo. Irá ainda permitir a ambas as partes definir e acordar posições comuns e conjuntamente realizar iniciativas e acções neste âmbito.

3. Comércio e Integração Regional

Nesta área, a UE e África irão trabalhar na melhoria da governação económica e clima de investimento em África. Os principais objectivos neste campo serão:

- Desenvolvimento do sector privado, apoiado em investimento estrangeiro, para reforçar a oferta nas economias africanas;
- Desenvolvimento e reforço da rede de infra-estruturas físicas necessárias ao movimento de pessoas, bens e informação;
- Integração económica e comercial, vital para aumentar as trocas comerciais sul-sul e norte-sul.

Ao nível global, a UE e África procurarão ainda promover a governação económica global, bem como sustentar a integração de África na economia mundial, nomeadamente através da coordenação de posições entre a UE e África nos fóruns internacionais.

4. Desenvolvimento

África e a UE focarão a sua atenção no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Nesse sentido, a UE reafirma o seu compromisso de aumentar o volume da ajuda ao desenvolvimento, os países africanos comprometem-se com mais progressos em questões de preocupação mútua, e ambas as partes reafirmam o seu compromisso em continuar a implementar a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda.

Pretende-se implementar a Estratégia Conjunta através de sucessivos Planos de Acção que identifiquem os principais objectivos políticos a

curto prazo (3 anos), e elencam os compromissos em termos de políticas, programas e acções concretas de implementação. O primeiro Plano de Acção está estruturado em torno de 8 Parcerias, dando especial atenção a um conjunto de objectivos que trarão um valor acrescentado à cooperação já existente e ao diálogo político, e que terão um impacto positivo no quotidiano dos cidadãos de ambos os continentes.

1. Parceria UE - África sobre Paz e Segurança

- Aprofundar o diálogo sobre desafios à paz e segurança;
- Operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança em África;
- Garantia de financiamento das operações de paz africanas.

2. Parceria UE - África sobre Boa Governação e Direitos Humanos

- Aprofundar o diálogo bilateral e global sobre este tópico;
- Promover o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares e apoiar a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação;
- Reforçar a cooperação no âmbito dos bens culturais.

3. Parceria UE - África sobre Comércio e Integração Regional

- Apoiar a agenda de integração africana;
- Reforçar as capacidades africanas na área de regras, standards e controlo de qualidade;
- Implementação da parceria no domínio das infra-estruturas;

4. Parceria UE - África sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

- Assegurar o financiamento e base política para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
- Acelerar o alcance dos ODM sobre segurança alimentar, saúde e educação.

5. Parceria UE - África sobre Energia

- Implementar a parceria sobre infra-estruturas e intensificar a cooperação no domínio da segurança e acesso a fontes energéticas.

6. Parceria UE-África sobre Alterações Climáticas

- Construir uma agenda comum sobre políticas de cooperação no campo das alterações climáticas;
- Cooperação no combate à degradação da terra e aridez dos solos, incluindo no âmbito da iniciativa "Green Wall for the Sahara".

7. Parceria UE-África sobre Migração, Mobilidade e Emprego

- Implementar a Declaração de Tripoli sobre Migrações e Desenvolvimento, bem como o Plano de Acção UE-África sobre Tráfico de Seres Humanos, e a Declaração de Ouagadougou sobre Emprego e Alívio da Pobreza em África.



A diplomacia portuguesa defendeu, desde o início, o valor da realização da Cimeira, independentemente das presenças, afirmando que o que estava em causa eram os interesses dos dois continentes e dos seus povos, e não os níveis de representação.

8. Parceria UE-África sobre Ciência, Sociedade de Informação e Espaço

- Apoiar o desenvolvimento de uma sociedade de informação inclusiva em África;
- Apoiar a formação de capacidades em ciência e tecnologia e implementar o Plano de Acção Consolidado Africano sobre Ciência e Tecnologia;
- Aumentar a cooperação no âmbito da tecnologia espacial e suas aplicações.

Durante a Cimeira surgiram algumas polémicas. A primeira, embora tenha tido uma visibilidade relativamente reduzida, teve a ver com o Zimbábue e era, de algum modo esperado. A Chanceler alemã, Ângela Merkel, apoiada pela Suécia, Dinamarca e Holanda, assumiu o papel de defensora do Reino Unido e criticou o Presidente zimbabueano devido à violação dos direitos humanos no seu país.

Para além de ter reagido duramente ao discurso de Merkel, Mugabe contou com o apoio de vários países africanos. O principal defensor de Mugabe foi o Presidente senegalês Abdoulaye Wade, o qual afirmou a solidariedade de todos os africanos em relação a Mugabe, indo mais longe ao referir que se não houvesse contenção nas críticas a Mugabe, poder-se-ia criar um conflito entre os dois blocos.

Uma outra polémica surgiu pela voz do Presidente ganhês, John Kufuor, que é simultaneamente Presidente da União Africana, que, no seu discurso de abertura, recordou os cinco séculos de injustiça histórica, marcadas pela escravatura, colonialismo e *apartheid*. Khadafi aproveitou este discurso e repetiu uma velha ideia sua que defende que, devido aos recursos roubados durante a colonização, os europeus deveriam pagar indemnizações aos africanos.

Mas a grande fonte de desentendimento surgiu à volta dos novos Acordos de Parceria Económica (APE). A Europa é o principal parceiro comercial de África, embora a China esteja a consolidar a sua posição. Devido às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Europa e África foram obrigadas a cessar as relações comerciais preferências que mantinham desde a assinatura da primeira Convenção de Lomé em 1975. A OMC deu até 31 de Dezembro de 2007 à UE para alterar o sistema comercial praticado com África, sugerindo em alternativa um novo sistema baseado em convenções comerciais assentes na reciprocidade. Nesse sentido, a União Europeia avançou para os chamados Acordos de Parceria Económica (APE),

Confrontadas com a data limite dada pela OMC e a necessidade de se dispor de instrumentos para regular o comércio, a UE pressionou os países África, Caraíbas e Pacífico (ACP) a assinarem os APE. Foi esta pressão e as características dos novos acordos que foram denunciadas e criticadas pelos países africanos durante a Cimeira de Lisboa.

A oposição de muitos países africanos ficou a dever-se, desde logo, à natureza dos novos Acordos. Embora a UE oferecesse aos governos africanos acesso sem restrições ao mercado dos seus 27 membros, pedindo em troca reduções tarifárias para os bens europeus, a verdade é que tal situação punha em causa a sobrevivência de muitas actividades económicas. Por outro lado, devido ao facto da UE pretender assinar os acordos com cada país africano individualmente, dava a ideia de estar a querer quebrar a solidariedade continental e aproveitar-se das fragilidades africanas¹⁵. Os Presidentes Wade e Mbeki encabeçaram a contestação aos novos Acordos Comerciais, denunciando a coação de que estavam a ser alvo e a recusarem-se a assinar¹⁶. Perante estas resistências, as negociações sobre esta questão serão retomadas a partir de Fevereiro de 2008.

No final dos trabalhos, e embora em termos de substância pouco se tenha avançado, quer a União Europeia, quer a União Africana, manifestaram a sua satisfação pela realização da Cimeira e os resultados alcançados. Na Declaração de Lisboa, ambas as partes reafirmaram a sua disposição em mobilizar recursos e esforços para alcançar metas comuns, nomeadamente¹⁷: a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; a constituição de uma sólida arquitectura de paz e segurança em África; o reforço do investimento, do crescimento e da prosperidade através da integração regional e do estreitamento dos laços económicos; a promoção da boa governação e dos direitos humanos; e a criação de oportunidades para moldar a governação mundial num quadro aberto e multilateral.

Os dois blocos concordaram em realizar, num país africano designar, uma nova Cimeira em 2010. ■

¹⁴ Parceria Estratégica UE – África: Principais Pontos da Estratégia Conjunta, Plano de Acção e Mecanismos de implementação, 4 pp.

¹⁵ Duplo Mensaje sobre Mugabe, in Courier International, 14/12/2007, pp. 8/9.

¹⁶ Ignácio Ramonet: África Da Não, in Le Monde Diplomatique, Janeiro 2008.

¹⁷ Declaração de Lisboa – Cimeira UE – África, Lisboa 8-9 Dezembro de 2007, 1 p.

Eleições Legislativas em Angola em 2008

No seu discurso de Ano Novo, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, informou que as eleições legislativas terão lugar a 5 e 6 de Setembro de 2008. Estas serão as primeiras eleições no país desde 1992, altura em que, antes da segunda volta das presidenciais, entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, o mergulhou numa onda de violência que levou ao recomeço da guerra civil.

Segundo o Presidente da Comissão Nacional de Eleições de Angola, Caetano de Sousa, o país está preparado tecnicamente para a realização das eleições. Até à data anunciada, é necessário determinar os locais de votação, questão que poderá ser polémica, dar formação aos membros das Mesas de Voto e levar a cabo campanhas de educação cívica da população.

De acordo com as autoridades angolanas, cerca de 8 milhões de pessoas estarão em condições de votar nas eleições de Setembro.

O anúncio do Presidente Eduardo dos Santos, foi saudado pela oposição, embora tenha criticado a ausência de referências em relação às eleições presidenciais. A UNITA manifestou a sua oposição ao prolongamento da votação ao longo de dois dias. A favor da transparência do processo, a UNITA defende apenas um dia de votação.

A posição da UNITA tem o apoio da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), a qual defende que a realização das próximas eleições legislativas em dois dias pode ser ilegal. Segundo a AJPD, a realização das eleições em dois dias colide com a lei eleitoral, que declara no seu artigo 38º que a eleição deve realizar-se no mesmo dia em todo o território nacional¹⁸.



Crise no Quênia

Após a independência da Grã-Bretanha em 1963, o cenário político queniano ficou dominado pela figura carismática de Jomo Kenyatta. A seguir à sua morte, em 1978, foi substituído por Daniel Arap Moi, que se manteve no cargo durante 24 anos. Durante este período, o partido de Kenyatta e de Moi, o *Kenya African National Union* (KANU), era o único autorizado a existir.

Embora o multipartidarismo tenha chegado ao país em inícios do anos 90, só dez anos depois se assistiu à alternância política com a eleição de Mwai Kibaki que venceu, em 2002, as eleições contra o candidato oficial do KANU, Uhuru Kenyatta, filho de Jomo Kenyatta.

O grande objectivo de Kibaki foi o de combater a corrupção endémica que existia no país. Porém, durante o seu mandato, de 2002 a 2007, Kibaki não conseguiu controlar este problema.¹⁹ A situação interna agravou-se devido ao aumento do desemprego, da criminalidade e às consequências das condições climáticas adversas com secas prolongadas. Todo este cenário pessimista favoreceu a candidatura de Raila Odinga, a grande esperança para milhões de quenianos.

As eleições presidenciais de Dezembro de 2007 acabaram por lançar o país numa espiral de violência de consequências imprevisíveis, pondo em risco a estabilidade de um país essencial para a África Oriental. Numa região marcada pela violência e avanço do fundamentalismo islâmico, o Quênia é visto pela Comunidade Internacional como um apoio essencial quer para travar a violência, quer como base de apoio humanitário a vários países. Sob os auspícios de diversas organizações internacionais, já decorreram no Quênia várias negociações de paz, como foi o caso das negociações de paz para a Somália.

As eleições presidenciais tiveram como principais concorrentes o Presidente Kibaki e Raila Odinga líder do *Orange Democratic Movement* (ODM). O processo decorreu razoavelmente bem até ao dia das eleições. Porém, após a votação, os problemas começaram a surgir. Para as Missões de Observação Eleitoral, o processo de votação foi manchado por diversas irregularidades que afectaram necessariamente o resultado final. A Missão Eleitoral da União Europeia no Quênia pôs em causa os resultados finais das eleições presidenciais devido às inúmeras irregularidades detectadas²⁰.

Raila Odinga, embora tenha sido Ministro por diversas ocasiões, apresentou-se três vezes às eleições presidenciais como candidato contra os interesses instalados. Para os seus apoiantes, Odinga é dos poucos políticos com capacidade para combater a corrupção e enfrentar os desafios que o país tem pela frente, nomeadamente o combate à pobreza.

Quando os resultados começaram a ser divulgados, os dois candidatos estavam separados por uma margem muito pequena, dando a vitória a Kibaki por pouco mais de 200 mil votos. Menos de uma

18 Realização de Eleições em Dois Dias 'belisca a lei', in Angola Digital, 7/01/2008.
http://www.angoladigital.net/digitalnews/index.php/top66-conteudo_content5task-view?id=4530&itemid=38

hora depois dos resultados finais terem sido anunciados, Kibaki tomou posse como Presidente do Quênia. Odinga e os seus apoiantes não aceitaram os resultados, pondo em causa a validade de 300 mil votos que apareceram de forma pouco clara. A partir deste momento, a violência começou a alastrar por todo o país.

A violência rapidamente assumiu contornos étnicos, com os apoiantes de Odinga a atacar membros da etnia Kikuyu, grupo ao qual pertence Kibaki. Numa população de 34 milhões de habitantes, e com mais de 40 grupos étnicos, os Kikuyu são cerca de 7 milhões, seguidos pelos Luo com 6 milhões e os Luhya com quase 5 milhões.

Após uma fase inicial, em que foram alvo de diversos ataques, os Kikuyu começaram também a atacar os outros grupos, nomeadamente os Luo, grupo ao qual pertence Raila Odinga.

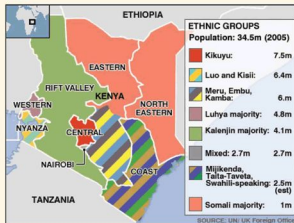
A violência étnica levou à pilhagem de várias zonas urbanas e ao início de uma massa de deslocados internos. Sendo um país que estava habituado a receber os deslocados dos países da região, o Quênia enfrenta agora situação para qual não está preparada.

A Comunidade Internacional, habituada a contar com o Quênia, foi apanhada de surpresa. Após um compasso inicial de espera, iniciaram-se os esforços internacionais para promover uma solução de compromisso entre as partes²¹. Nesse sentido, quer a União Africana, quer a Commonwealth, enviaram missões ao país para tentarem, o tentaram pôr fim à violência.

Para os mediadores internacionais, como os EUA, a crise eleitoral no Quênia tem causas profundas que necessitam de ser resolvidas. A mera resolução da questão das eleições presidenciais não evitará que

no futuro crises idênticas se repitam. Nesse sentido, de acordo com a Sub-Secretária de Estado norte-americana, Jendayi Fraser²², é necessário resolver questões como, por exemplo, os excessivos poderes presidenciais que põem em causa a imparcialidade de alguns órgãos de estado.

Para tentar encontrar uma solução entre as partes, várias foram as personalidades internacionais que se ofereceram para tentar promover uma solução pacífica. Logo no início da crise, o Prémio Nobel da Paz, o Arcebispo sul-africano Desmond Tutu, deslocou-se ao país para apelar à calma. Depois foi a vez de Joaquim Chissano que liderou uma missão da África Fórum²³. As esperanças de paz estão depositadas nos esforços do antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e num plano de paz a ser negociado com Kibaki e Odinga. Apesar de se ter oferecido para mediador, antigo Secretário-geral da ONU Kofi Annan, viu a sua oferta ser rejeitada pelas autoridades quenianas. ■



19 A corrupção é um problema endémico no Quênia, havendo muito pouca confiança da cidadã comum no sistema judicial do país. Nos seus relatórios anuais, a organização Transparência Internacional aponta sempre o Quênia como estando no topo da lista dos países mais corruptos do mundo. Este problema é bem visível no seguinte ditado queniano: 'lutu hire a lawyer, if you can buy a judge' (porque contratar um advogado se podemos comprar o juiz).
Transparency International, *Global Corruption Report 2007, Regional Highlights*.

20 EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION KENYA. PRELIMINARY STATEMENT: DOUBTS ABOUT THE CREDIBILITY OF THE PRESIDENTIAL RESULTS, 1 January 2008, Nairobi, 16 pp.
http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/eu_election_obs/kenya07/prelim_stat.pdf

21 Kibaki Invites Raila for poll crisis talks, in The Nation (Nairobi) 8/01/2008.
http://www.nationmedia.com/dialignation/mngcontent/mngcontent.asp?category_id=15&newsid=114182

22 Address causes of unrest, says Fraser in The Standard (Nairobi) 6/01/2008.
<http://www.eastandard.net/news/?id=1143980107&cid=4>

23 A África Fórum, é uma organização criada e presidida por Joaquim Chissano. Sedeada na África do Sul, agrupa antigos Chefes de Estado e de Governo Africanos.
Joaquim Chissano, *em Lisboa ao Serviço da Paz em África*, in Correio Digital, 14/01/2008.
<http://portal.correiodigital.info/noticias.php?idnoticia=5271>

Comunidade Internacional Apoiar a Guiné-Bissau no Combate à Droga

Desde há dois anos, a Guiné-Bissau passou a ser, cada vez mais, referenciada como um local de passagem do tráfico de droga da América do Sul para a Europa. A posição geoestratégica da Guiné, nomeadamente devido ao arquipélago dos Bijagós, aliada à fraqueza das suas instituições, faz com que o território do país se torne uma base ideal para os narcotraficantes. A actual situação tende a agravar-se devido à deterioração das estruturas estatais e à crescente presença de organizações criminosas no país.

Perante esta situação, e consciente das suas fraquezas e da crescente presença e força das organizações criminosas que actuam no país, o governo de Bissau solicitou assistência internacional para a criação de um programa abrangente que faça face ao tráfico de drogas e reforce as estruturas do estado guineense. Com vista a apoiar as pretensões da Guiné-Bissau, a ONU, através do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e Crime (UNODC), realizou várias missões no país no sentido de avaliar a situação e preparar um plano de intervenção.

Para além da ONU, outros doadores bilaterais da Guiné-Bissau, onde Portugal se destaca, mostraram-se preocupados com esta situação e manifestaram a sua disponibilidade em apoiar as autoridades de Bissau.

Dos esforços guineenses e internacionais, a UNODC elaborou e apresentou um Plano Operacional de Combate ao Tráfico de Droga na Guiné-Bissau. O Plano apresentado tem a duração de três anos, 2008-2010, e prevê várias fases, com objectivos que vão desde a formação de quadros guineenses nas áreas da segurança e justiça à criação de infra-estruturas prisionais e elaboração de legislação adequada.

A operacionalização do Plano ascende a quase 14 milhões de USD. Para angariar o financiamento necessário, Portugal disponibilizou-se a apoiar as autoridades guineenses na organização da Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, a qual teve lugar a 19 de Dezembro de 2007 em Lisboa.

Durante a Conferência, o Director Executivo da UNODC, António Maria Costa Mazzitelli, fez um discurso onde traçou um cenário crítico da actual situação do narcotráfico na Guiné-Bissau, defendendo que o país está à beira do colapso. Referiu, por outro lado, que o problema do narcotráfico é comum à maioria dos países da África Ocidental, afirmando que mensalmente, uma tonelada de cocaína é apreendida na região. Para se ter uma ideia da importância desta rota, referiu que, só em 2007, 40 toneladas de cocaína consumidas na Europa passaram pela África Ocidental²⁴.

Durante a Conferência, vários foram os doadores, bilaterais e multilaterais, que se disponibilizaram a financiar o Plano apresentado. A Comissão Europeia atribuiu 3 MUSD para o primeiro ano de execução do Plano, enquanto que Portugal disponibilizou 1 MUSD para cada um dos três anos de vigência do Plano. Países como a Alemanha, Reino Unido, Itália e EUA, também atribuíram apoios financeiros ao Plano²⁵. Não deixou de ser curioso que a Espanha e França, países que têm vindo a aumentar a sua presença e envolvimento na Guiné-Bissau, não tenham anunciado qualquer contribuição financeira para o Plano. ■

24 **Intervenção do Director Executivo da UNODC na Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau**, Lisboa, 19/12/2007. <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>

25 **UE e Portugal os Maiores Doadores no Combate ao Narcotráfico**, in Notícias Lusófonas, 8/01/2008. <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=article&article=20196&category=Guine%20Bissau>



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengrãfica

Depósito Legal: 223325/05